

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA ADOÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: UM ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gustavo Henrique dos Santos

Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista CAPES
gustavo.henrique@estudante.uffs.edu.br

Siomara Aparecida Marques

Professora Coordenadora Adjunta dos Cursos de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
siomarques@uffs.edu.br

1. Introdução

A defesa da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável é necessária para o desenvolvimento humano e a questão socioambiental, especialmente diante do avanço do agronegócio e dos desastres ambientais. O ano de 2024 registrou temperaturas alarmantes, com a média global significativamente acima dos níveis pré-industriais, e eventos climáticos extremos como secas e enchentes estão relacionados às altas emissões de gases de efeito estufa e atividades humanas (Brasil, 2025).

O agronegócio, com sua produção em larga escala e uso intensivo de insumos químicos e agrotóxicos, contribui para impactos na saúde e no aumento das temperaturas globais. O Brasil se destaca como líder mundial no uso de agrotóxicos, com um aumento expressivo de toneladas entre 2010 e 2021 (Andersen, 2024).

Enquanto o agronegócio gera lucros para poucos, a insegurança alimentar atinge milhões de brasileiros, especialmente nas periferias urbanas. Já a população camponesa enfrenta a pressão do modelo convencional, com dificuldades como a redução de áreas de cultivo, falta de mão de obra e ferramentas, e desafios na venda de produtos.

A agroecologia se apresenta como uma alternativa ao modelo convencional, combinando saberes tradicionais e científicos para produzir alimentos de forma sustentável, respeitando a biodiversidade e melhorando a qualidade da alimentação (Altieri, 2004). Apesar das barreiras, há iniciativas e oportunidades por meio de



Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar.

Essas políticas podem auxiliar pequenos produtores rurais, permitindo a aquisição de ferramentas, assistência técnica e dignidade financeira, além de diversificar as culturas de produção. O Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-PR é um exemplo de resistência camponesa com iniciativas agroecológicas, apesar das dificuldades notórias. A pesquisa busca entender como as Políticas Públicas contribuem para o desenvolvimento rural, valorizando os pequenos produtores como protagonistas.

O objetivo geral do estudo será compreender de que modo as Políticas Públicas para a agricultura familiar podem contribuir com um Desenvolvimento Sustentável para as famílias camponesas do Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu-PR. Os objetivos específicos serão: 1) Identificar e avaliar o impacto econômico, social e ambiental das políticas públicas de agricultura familiar presentes no assentamento; 2) Analisar por meio de estudo documental como as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável no campo; 3) Verificar quais políticas públicas são acessadas pelos agricultores e sua relação com o desenvolvimento sustentável quanto ao uso de recursos financeiros, aquisição de ferramentas de trabalho, assistência técnica e na comercialização de produtos.

2. Metodologia

Para responder aos objetivos será adotado o método de pesquisa de campo, com abordagem qualitativa em que a revisão bibliográfica e a entrevista com os agricultores serão a fonte de informações da pesquisa. De acordo com Gil (2002) o estudo de campo focaliza uma comunidade geográfica ou não, utilizando observação direta, entrevistas e outros procedimentos como análise documental. O pesquisador tem participação direta e prolongada na comunidade para compreender suas dinâmicas.

3. Resultados e discussão

Miguel Altieri, em seus estudos sobre Agroecologia, defende uma abordagem multifacetada que vai além dos aspectos genéticos e agronômicos. Em "Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture", ele define a agroecologia como uma ciência que integra níveis ecológicos e sociais de coevolução, estrutura e função nos



agroecossistemas (Altieri, 1995).

Altieri (2004) defende a agroecologia como abordagem essencial, utilizando agroecossistemas como unidade de estudo. Ele propõe uma visão multidimensional que inclui aspectos ecológicos, sociais e culturais. Para a produção sustentável em agroecossistemas, Altieri ainda ressalta que é necessário haver equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes e organismos vivos. O conhecimento local é importante, pois enriquece a capacidade produtiva e a experiência com o ambiente, solo, plantas e processos ecológicos.

A agroecologia também é entendida como uma alternativa ao sistema de produção convencional. Para Machado e Machado Filho (2014) a agroecologia é um método de produção agrícola que resgata saberes tradicionais e incorpora avanços científicos para produzir alimentos limpos em qualquer escala. Além de corrigir problemas da monocultura e atender à demanda alimentar mundial, a agroecologia deve considerar aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais, técnicos, energéticos, administrativos, éticos e de soberania alimentar. Os autores ainda enfatizam que a agroecologia pode superar a monocultura e a perda de biodiversidade, resgatar a cidadania dos pequenos produtores e produzir alimentos limpos em larga escala, desde que conceitos distorcidos sejam abandonados e a natureza seja respeitada.

Considera-se a Política Pública como agente potencializador das ações e práticas no campo e assim possibilita que práticas sustentáveis sejam adotadas no campo. Embora não haja uma definição única, sua origem e formulação são complexas. Souza (2006) destaca que, enquanto área do conhecimento, a Política Pública nasceu nos EUA, diferente da tradição europeia que priorizava a análise do Estado. Para a autora, política pública é o campo que “[...] busca ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação[...].” (Souza, 2006, p. 26).

Boneti (2018) enfatiza que o processo de elaboração e execução das políticas públicas envolve conflitos de interesses entre diferentes poderes, são ações do Estado para com a população, onde o Estado atua como agente de organização e institucionalização de decisões oriundas do debate público e das demandas sociais. O autor ainda define o Estado na Política Pública como “[...]como um agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras e



valores)[...] (Boneti, 2018, p. 18).

E no campo a Política Pública é tida como programas divididos por três gerações. Grisa e Schneider (2014) classificam: a primeira focada no viés agrícola/agrário, a segunda em políticas sociais/assistenciais e a terceira em mercados de segurança alimentar e sustentabilidade.

4. Considerações finais

Em síntese, a pesquisa defende a Agroecologia e o Desenvolvimento Rural Sustentável como caminho para reduzir aos impactos do agronegócio, que contribui para o aumento das temperaturas, eventos climáticos extremos e insegurança alimentar no Brasil, beneficiando poucos em exclusão da população camponesa. A agroecologia surge como uma alternativa viável, unindo saberes tradicionais e científicos para uma produção que respeita a biodiversidade e promove a qualidade alimentar.

Nesse contexto, as Políticas Públicas para a agricultura familiar desempenham um papel crucial, fornecendo acesso a recursos, assistência técnica e dignidade financeira aos pequenos produtores, exemplificado pelo Assentamento Celso Furtado. O estudo proposto visa analisar a efetividade dessas políticas no desenvolvimento sustentável de famílias camponesas, avaliando seus impactos econômicos, sociais e ambientais e a percepção dos agricultores.

Por fim, as Políticas Públicas são reconhecidas como ferramentas essenciais para fomentar práticas sustentáveis no campo, apesar de sua complexidade. A análise de Souza e Boneti sobre o papel do Estado na sua formulação, juntamente com a classificação de Grisa e Schneider em três gerações, reforça a importância dessas políticas na construção de um cenário agrícola mais justo e sustentável.

Referências

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia:** A dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecology:** the science of sustainable agriculture. 2nd ed. Boulder: Westview Press, 1995. ISBN 0813317177

ANDERSEN, Alice. Agrotóxicos: Consumo no Brasil foi de 720 mil toneladas em um ano, diz pesquisa. **Revista Fórum:** Brasil, 2024. Disponível em:



<https://revistaforum.com.br/brasil/2024/1/26/agrotoxicos-consumo-no-brasil-foi-de-720-mil-toneladas-em-um-ano-diz-pesquisa-152932.html> Acesso em: 19 jun. 2025.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 4ª edição. Ijuí, Editora Unijuí, 2018.

BRASIL. Nações Unidas Brasil. **ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55°C acima dos níveis pré-industriais**. [Brasília], 2025. Disponível em: [https://brasil.un.org/pt-br/287173-onu-confirma-2024-como-o-ano-mais-quente-j%C3%A1-registrado-com-cerca-de-155%C2%B0c-acima-dos-n%C3%ADveis#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Meteorol%C3%B3gica%20Mundial%20\(OMM\)%20confirmou%20que%202024%20foi%20ano,seis%20conjuntos%20de%20dados%20internacionais](https://brasil.un.org/pt-br/287173-onu-confirma-2024-como-o-ano-mais-quente-j%C3%A1-registrado-com-cerca-de-155%C2%B0c-acima-dos-n%C3%ADveis#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Meteorol%C3%B3gica%20Mundial%20(OMM)%20confirmou%20que%202024%20foi%20ano,seis%20conjuntos%20de%20dados%20internacionais). Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Rede de Assistência e Proteção Social. **Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023**. [Brasília] 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CORTES, Soraya Vargas. Sociologia e Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **A Política Pública como campo Multidisciplinar**. 2ª edição. São Paulo, editora Unesp: Rio de Janeiro, editora Fiocruz, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. ISBN 9788538600718

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 8522431698

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em 22 Maio 2025.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1 edição. Porto Alegre, UFRGS, 2015. ISBN 9788538602620

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 49-66